

Mudanças da Dívida

O Governo brasileiro, e o que se possa considerar como sua base de sustentação política mais inteligente (ou menos radical), devem despertar com urgência para o cenário no qual este país pode sair da moratória na dívida externa.

Quando o Secretário do Tesouro americano, James Baker, aceita, em princípio, a conversão de parte da dívida em títulos (*securitização* ou o portuguêsamento do equivalente inglês para a emissão de novos papéis, no lugar de créditos existentes), estamos diante de uma abertura que resolve parte do problema.

O cenário internacional sugere, hoje, muito mais a possibilidade de um aumento nas taxas de juros que a estabilidade ou a baixa. A proposta é clara e simples de consagrar o deságio existente nos créditos contra o Brasil para toda a dívida, combinada com o pedido de dinheiro novo, é, no mínimo, pouco realista, ainda mais quando o devedor se recusa à auditoria internacional do Fundo Monetário.

Ora, o quadro com o qual o Brasil irá se defrontar depois da Assembléia desta semana do FMI e do Banco Mundial mostrará que se esvaíram as esperanças de uma rebelião geral dos subdesenvolvidos para pressionar as nações mais ricas. Por maiores que sejam os prejuízos com os devedores, os bancos estrangeiros sobreviverão a um *default* brasileiro com menos arranhões e seqüelas que a economia nacional, barrada para os investimentos

externos de longo prazo, de curtíssimo prazo — que sustentam nosso comércio exterior — e, certamente, cortada também nas organizações multilaterais como o próprio FMI ou o BIRD.

A abertura do Secretário do Tesouro americano não oferece uma saída ideal para o Brasil, mas indica que o outro lado “piscou”, isto é, deu provas sensíveis de que compreendeu a parte pouco visível dos problemas das nações endividadadas: as dificuldades no comércio exterior e para ajustamento à geração de superávits, forçados por taxas de juros muito altas, sem comprometer o desenvolvimento interno.

O que é absurdo é a insistência dos segmentos radicais dentro do partido majoritário para manter a moratória, sem qualquer acordo com os bancos e as instituições internacionais. Esse caminho empurrará cada vez mais o Brasil para a autarquia, e irá dificultar enormemente o desenvolvimento do comércio exterior, onde se encontram as áreas e setores mais dinâmicos da indústria nacional.

É uma ilusão pensar que o país pode fechar as fronteiras e ignorar o sistema financeiro internacional. Já estamos pagando os preços altos da paralisação nos créditos externos, expressos no declínio da taxa de investimentos sobre o Produto Interno Bruto. A oferta de empregos cai, e com ela as ambições de melhoria na distribuição da renda, o que rema exatamente contra os propósitos expressos pelo governo em suas plataformas de justiça social.